

A complexidade do trabalho com plantas medicinais: uma reflexão necessária

Fonte, N.N.^{1,2,*}; Cavallet, V.J.^{1,3}; Biasi, L.A.^{1,3}

¹Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Produção Vegetal, Universidade Federal do Paraná, 81531-990, Curitiba, PR; ²Dept. de Farmácia, Universidade Federal do Paraná, 80210-170, Curitiba, PR; ³Depto. de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná, 81531-990, Curitiba, PR; *nilce@ufpr.br

RESUMO: Com o rápido avanço científico e tecnológico vivido na história recente da humanidade, muitos equívocos, paradoxos e contradições têm surgido, fruto da própria dinâmica da evolução e das novas descobertas, bem como da contínua modificação dos contextos. Isto tem levado à necessidade de constantes reavaliações, sendo que novas teorias sobre o método de análise têm surgido, como a do pensamento complexo, que propõe uma visão abrangente e integrada de todos os fatores relacionados a determinado tema. Nada existe de forma isolada; tudo está integrado, influencia ou é influenciado. Desta forma, assim como em todas as áreas, o mundo das plantas medicinais tem passado por situações que apontam para uma urgente e necessária reavaliação no seu todo. Tomando como modelo o Estado do Paraná e a situação referente às plantas medicinais, o qual tem passado por crises em seu setor produtivo, diversos aspectos relacionados a este tema são analisados, como a legislação, os conceitos e o papel de atores como órgãos governamentais, indústria e academia, entre outros. Espera-se que a partir da explicitação de certos equívocos e contradições seja possível perceber as implicações do trabalho exclusivamente técnico e excessivamente fragmentado vigente e se possa reformular certas ações e paradigmas visando correções de rumo em direção a um desenvolvimento consistente e integrado.

Palavras-Chave: Formação de conceitos; contradições; paradigmas plantas medicinais

ABSTRACT: The complexity on working with medicinal plants: a required reflection.

With the rapid scientific and technological progresses evolved in the recent mankind history, misleading, paradoxes, and contradictions have emerged, as result of the evolution itself, and new discoveries, as well as the continuing context changes. This fact has led to the need for constant reevaluations, considering that novel theories regarding the method of analysis have emerged, such as that of the complex thinking, proposing a broad and integrated view of all related factors of a certain context. Nothing exists in an isolated manner; everything is integrated, either affecting, or being affected. In that sense, as in all areas, the medicinal plant world has passed through changes, requiring an urgent whole reevaluation. Taking the State of Parana, Brazil, as a model and the medicinal plant state of the art, including its undergone crisis, several related aspects to this theme are analyzed, such as legislation, concepts and the roles of government institutions, industry and academy, among others. It is expected that, upon clarifying certain misconceptions and contradictions, it be possible to perceive the implications of the job exclusively technical and excessively fragmented. It is also expected the possibility of certain actions and paradigms reformulation towards a more consistent and integrated development.

Key words: concepts formation; contradictions; paradigms of medicinal plants

INTRODUÇÃO

Muitos autores afirmam que os avanços científicos e tecnológicos alcançados somente no século XX superam tudo o que se havia obtido anteriormente, com uma grande avalanche de novas informações, conceitos e descobertas a partir de então.

Entre outros, Morin e Le Moigne (2000) propõem que para se enfrentar os desafios dos tempos

atuais é necessário se estabelecer uma reforma do pensamento que seja transdisciplinar. Alertam os autores, no entanto, que a transdisciplinaridade sempre existiu no desenvolvimento da ciência ocidental, porém até nossos tempos era baseada no paradigma da simplificação (redução/separação), que é insuficiente e mutilante. Gaston Bachelard, citado por Morin (2001a, p. 62), afirma que "no universo não existe o simples, só o simplificado". Neste sentido, Morin e Le Moigne (2000, p. 10) contribuem alertando para o equívoco da adoção de visões simplificadas quando o

Recebido para publicação em 06/10/2003

Aceito para publicação em 27/02/2004

mundo é tão complexo:

Existe uma inadequação cada vez maior, profunda e grave entre os nossos conhecimentos disjuntos, partidos, compartimentados entre disciplinas, e, de outra parte, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários, enfim. Nessa situação tornam-se invisíveis os conjuntos complexos, as inter-relações e retroações entre as partes e o todo, as entidades multidimensionais, os problemas essenciais.

O trabalho com plantas medicinais, mesmo numa análise superficial, mostra-se profundamente heterogêneo, vasto, complexo, complicado e contraditório, justamente em função do número de atores e olhares diversos, práticas fragmentadas e interesses, todos imbricados uns em relação aos outros. Assim, muitas das contradições, equívocos de entendimentos ou divergências de interesses com frequência levam a impasses e situações problemáticas. Portanto, também neste setor, assim como em qualquer outro, é necessário que se faça uma ampla e generalizada análise, buscando entender seu funcionamento e encontrar eventuais necessidades de mudanças de pensamento e prática. Para tanto há que se avaliar cuidadosamente cada aspecto existente, ao mesmo tempo em que se mantém a visão do todo onde está inserido, considerando as dificuldades de se utilizar tal estratégia a serviço de uma finalidade complexa (Morin, 2001a).

Sugere Demo (2001) que este tipo de investigação inicie pela busca da leitura do real - mesmo tendo consciência de que não lidamos diretamente com a realidade, mas com a realidade interpretada, reconstruída (Demo, 2002) -, permitindo tanto sua melhor compreensão quanto, sobretudo, condições de intervenção e mudança. Apontar e expor contradições, portanto, neste vasto e complexo universo das plantas medicinais, com certeza constitui um bom começo. O produto final esperado é a percepção e reconhecimento da complexidade das realidades, sem a preocupação do fornecimento da certeza, conforme nos alertam Morin & Kern (2000), provocando reflexões que colaborarão na adoção de atitudes e decisões que considerem o todo maior juntamente com todas as suas implicações.

A situação concreta e pontual do Paraná, em relação às plantas medicinais, será utilizada como modelo referencial desta análise, uma vez que escancara claramente a fragilidade deste setor. Não perdendo de vista este pano de fundo, serão avaliados alguns aspectos relacionados, todos apontando para diversos paradoxos e contradições.

O SITUAÇÃO PARANAENSE

Temos vivenciado no Brasil, em particular no Estado do Paraná, desde o final do ano de 2001, uma

situação que retrata a absoluta fragmentação e fragilidade do setor de plantas medicinais (Montanarin, 2002), setor este consagrado pela prática milenar, tradicional e cultural e portanto, teoricamente, bem conhecido e organizado. A partir de ação movida pelo Ministério Público questionando a legalidade dos medicamentos fitoterápicos à venda (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2001) iniciou-se um complicado processo que levou a um brusco declínio da atividade produtiva, tanto agrônoma quanto industrial. Produtores de plantas medicinais da Região Metropolitana de Curitiba entrevistados durante o segundo trimestre de 2002, por exemplo, afirmam terem sofrido diminuição de vendas de 40 a 60%, com conseqüente dispensa de mão-de-obra, não contratação de trabalhadores temporários (coletores), diminuição do preço praticado, desfazimento de parcerias, busca de novos setores, inadimplência, inutilização de cultivos (Caetano *et. al.*, 2002). Por outro lado, segundo informação não oficial da ABIFITO – Associação Brasileira da Indústria de Fitoterápicos, em julho de 2003, a queda nesse setor gira em torno de 50 % no Paraná. Muitas das indústrias paranaenses tiveram que passar por modificações drásticas, inclusive alterando seus ramos de atividade, outras lograram obter liminares favoráveis na Justiça para continuar trabalhando.

Na prática ocorre que para que qualquer produto seja produzido e comercializado como medicamento fitoterápico, deve primeiramente ter seu registro aprovado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, de acordo com os procedimentos e exigências estabelecidos na RDC nº 17/00 (BRASIL, 2000). A grande maioria dos produtos que estavam sendo comercializados não possuíam tal registro, o que caracteriza contravenção. Dada esta constatação, houve ação por parte das Vigilâncias Sanitárias no sentido de recolher do mercado todos os produtos comercializados de forma ilegal.

Se por um lado as indústrias alegam que a Anvisa dificulta a concessão dos registros, por outro a Anvisa alega que não há comprovações científicas suficientes para concedê-los. Em verdade, até passado recente, era possível se comercializar estes produtos apenas com o número do protocolo do pedido de registro. Cabe lembrar que o Ministério da Saúde, por um período de quase dez anos, ficou sem conceder registro algum, fornecendo apenas o número do protocolo. Na falta de definições por parte do Ministério, se consolidou uma prática equivocada, porém “respaldada” legalmente, visto que os órgãos oficiais eram coniventes com a mesma. Na atualidade, dada a grave situação paranaense, muitos esforços conjuntos têm sido dispensados no sentido de se encontrar soluções para a mesma, o que vem expondo cada vez mais a complexidade e as contradições.

É interessante trazer a este ponto da

discussão/reflexão a situação no restante do Brasil: em nosso país, continental e com tamanha riqueza de culturas e saberes, não há tratamentos minimamente homogêneos, apesar da legislação teoricamente ter (ou dever ter) abrangência nacional. Assim, o estado de declínio da atividade observado no Paraná não ocorre nos outros estados próximos, muito menos nos estados mais distantes, como os do Norte ou Nordeste do país. O Ministério Público paranaense justifica que o procedimento investigatório iniciado aqui é de âmbito estadual e sequer tem dados sobre a situação nos outros estados. A legislação é nacional, as infrações são nacionais, porém "o entendimento e a interpretação" são divergentes, sendo o cumprimento da lei desigual. Assim, enquanto se assiste a crises no setor – a ABIFITO informou em julho de 2003 que, em função de uma série de entraves houve uma queda média de 50% no faturamento das empresas que sobreviveram (Vicente, 2003) – se sabe que apenas nos seis primeiros meses deste mesmo ano, foram analisados e aprovados pela Anvisa 206 novos fitoterápicos, quase o dobro do ano passado inteiro (Corrêa, 2003). Por um lado declínio, por outro crescimento!

AValiação DO CONTEXTO HISTÓRICO

Para que se compreenda melhor o quadro é fundamental que se faça uma contextualização histórica. Até algumas décadas atrás, a fitoterapia era a principal opção terapêutica disponível para a população sendo que a variabilidade inerente do sistema era considerado fato perfeitamente normal e aceito. O sistema vegetal, principalmente o medicinal, é muito variável: a sua composição em princípios ativos – fator fundamental para a sua eficácia terapêutica – varia em função de uma série de fatores. Além dos fatores de variação edafoclimáticos, o processamento sofrido pelo material a partir da colheita até a utilização também contribui para que o produto final consumido tenha variações. Por outro lado, o organismo humano é profundamente variável também, principalmente o organismo doente.

Há que se acrescentar ainda que, até algumas décadas atrás, a utilização das plantas medicinais era restrita às respectivas regiões de origem e o conhecimento sobre o seu uso era de domínio da maioria da população local. Não havia a comercialização (exportação / importação) da maneira como conhecemos hoje. Interferências externas ocorriam quando se fazia a aclimação de espécies medicinais em locais distantes dos seus de origem e, uma vez adaptadas, passavam a ser exploradas e conhecidas pelos habitantes daquela nova região.

A problemática hoje existente teve início com o desenvolvimento da indústria farmacocômica e da medicina convencional a partir do século XX, em detrimento da medicina natural tradicional. Toda uma prática e conhecimento milenares, testados e

consolidados pela própria observação *in vivo* de todos os efeitos medicinais e colaterais (inclusive letais), consolidadas inclusive pela prática médica, geração após geração, foram deixados de lado, na expectativa de se encontrar, por meio de um conhecimento que acabava de nascer, a "solução para todos os males". Na literatura técnica da área isto foi denominado de "resolução tecnológica de vida", ou seja, para tudo, na vida, poderia haver uma solução tecnológica. Em outras palavras isto pode ser entendido como "industrialização da saúde". Se por um lado este novo paradigma revelou-se de enorme ganho para a humanidade, com o desenvolvimento de novos produtos e cura de inúmeras enfermidades, por outro se revelou também profundamente equivocado: não se conseguiu desenvolver sinteticamente todas as substâncias necessárias para dar conta de todas as doenças conhecidas e nem tampouco se conseguiu controlar os inúmeros efeitos adversos desses novos medicamentos, o que provocou o surgimento de novas doenças, intoxicações e mortes.

Passadas algumas décadas tanto de conquistas como de frustrações, houve um instintivo retorno às fontes naturais seculares - inclusive na busca de novos protótipos naturais para as biossínteses e estudos de biomimética pelas indústrias farmacocômicas. Entretanto, o retorno ao interesse pelo natural encontrou um novo panorama, modificado, pois o exercício da medicina, agora "mais científico", passou a ser pautado em novos modelos de estudos e comprovações, sendo fundamentado em normas e legislações que devem garantir eficácia, segurança e qualidade aos pacientes. Este novo paradigma estaria perfeitamente correto não fosse o equívoco de se tratar coisas diferentes – plantas medicinais com seus fitocomplexos *versus* produtos tecnológicos – como se fossem iguais.

Além disso, o pensamento pautado na "verdade tecnológica" permaneceu fortemente impregnado, associado à grande perda (intencional ou não) do conhecimento tradicional, considerado ultrapassado e descartável. Séculos de experiências clínicas vividas por todos os que usaram as plantas medicinais e descobriram no próprio corpo suas propriedades, tanto curativas quanto tóxicas, foram esquecidos. Este "esquecimento" é com muita frequência expresso em textos que questionam se "plantas medicinais funcionam mesmo ou somente se trata de modismo".

A COMPLEXIDADE INTRÍNSECA DAS PLANTAS MEDICINAIS E DOS FITOCOMPLEXOS

Sendo os medicamentos sintéticos perfeitamente conhecidos e relativamente simples na sua composição, os estudos e ensaios científicos, particularmente os pré-clínicos e clínicos (realizados em animais e em humanos), em que pese sua

complexidade, são bastante mais fáceis de serem executados comparativamente aos ensaios com plantas medicinais e fitomedicamentos – medicamentos elaborados a partir de plantas medicinais. Os extratos vegetais são formados por centenas de substâncias as quais, quando interagindo com o complexo organismo humano, provocam diversas reações que são, na maioria das vezes, difíceis de serem mapeadas e monitoradas. Assim, a sinergia – associação simultânea de vários fatores que contribuem para uma ação coordenada – tornou-se o principal fator que tanto dificulta quanto afasta muitos cientistas do trabalho com plantas medicinais.

Desta forma, não há como comparar as análises que devem ser feitas com medicamentos sintéticos, de composição conhecida, simples e constante, com as realizadas com fitoterápicos, dos quais muitas vezes sequer se conhece a estrutura química de seu (s) componente (s) principal (is), o (s) princípio (s) ativo (s). Daí a dificuldade de se estabelecer e monitorar padrões de referência para medicamentos fitoterápicos.

Por outro lado, sendo o sistema vegetal extremamente variável, conforme já comentado, não se pode garantir, por exemplo, que os resultados obtidos com determinado extrato vegetal de determinada espécie medicinal serão reproduzidos com a mesma espécie vegetal obtida de outra fonte, ou com a mesma espécie obtida da mesma fonte porém colhida em épocas diferentes (Zaché, 2001). Por isso não se deveria transpor simplesmente os resultados de pesquisas estrangeiras, que obtêm seus produtos de fontes vegetais cultivadas em condições completamente adversas às nossas, para a nossa realidade. Novamente se reforça a dificuldade no estabelecimento de padrões.

Diante disso, muitos profissionais médicos se negam a trabalhar com esta prática enquanto outros a aceitam, utilizam e recomendam, algumas vezes respaldados na cultura popular, outras em estudos científicos realizados, a maioria, em outros países. Em investigação sobre as principais plantas medicinais prescritas por profissionais de saúde e aviadas em farmácias de manipulação de João Pessoa, PB, por exemplo, pesquisadores constataram que boa parte das prescrições são destituídas de embasamento científico, principalmente as que envolvem mais de uma planta (Silva *et al.*, 2001).

O ponto chave aqui é que, na concepção farmacêutica, medicamento deve ser tratado com muita seriedade e, portanto, sua composição e ação no organismo devem estar perfeitamente conhecidas. Por isso todo o rigor exigido para a produção, registro e comercialização destes produtos. Mesmo assim, muitos dos efeitos adversos só são conhecidos depois de muito tempo de uso ou depois de uma catástrofe, como a da Talidomida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA

DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA TALIDOMIDA, 2002), considerada metáfora da arrogância científica e principal ilustração dos limites da previsibilidade científica (UFSC, 2002).

Fato é que com fitomedicamentos nem sempre é possível igual controle e monitoramento que o feito com os medicamentos sintéticos, sendo que, entretanto, o rigor exigido para ambos é o mesmo. Cria-se assim um grande dilema: ou se continua a considerar estes produtos fitoterápicos como medicamentos simplesmente e proíbe-se toda e qualquer produção e utilização daqueles produtos que não atendam à exigência legal estabelecida ou passa-se a considerá-los produtos diferenciados, com exigências diferenciadas. A primeira alternativa teoricamente fornece mais garantias à população, entretanto paralisa a atividade do setor, salvo o da pesquisa, visto que a grande maioria das plantas medicinais – principalmente as nativas – carece de estudos comprobatórios. A segunda alternativa possibilita a continuidade do setor e o direito de escolha do cidadão quanto à alternativa terapêutica a adotar, contudo mantém a possibilidade de se colocar em risco a saúde das pessoas que os utilizem.

MATÉRIA-PRIMA VEGETAL X FITOTERÁPICOS: EQUÍVOCOS DE INTERPRETAÇÃO

Dentre os diversos equívocos cometidos neste campo há que se destacar também as confusões entre planta medicinal (também conhecida como droga ou matéria-prima vegetal) e fitoterápicos, duas entidades completamente distintas nas suas definições e aparentemente impossíveis de serem confundidas. Por falta de um tratamento legal específico, as plantas medicinais secas – que não passaram por processos industriais a não ser o de secagem e eventual rasura – têm sido consideradas medicamentos fitoterápicos, segundo a legislação brasileira. Ou seja, as indústrias que desejam comercializar plantas medicinais secas e rasuradas não têm outra opção senão a de considerarem-nas medicamentos fitoterápicos para fins de legalização. Pelo já discutido anteriormente dificilmente estes produtos conseguirão seus registros nos órgãos competentes (Anvisa), não podendo ser comercializados. Produzir e comercializar folhas de alguma planta medicinal de uso tradicional, mesmo que sob condições de qualidade, passa a ser tratado como crime hediondo. E a população, principalmente a concentrada nos centros urbanos e destituída de espaços para cultivar suas próprias plantas medicinais, perde de vez também esta alternativa terapêutica – fundamentada no uso tradicional – e, obviamente, a perpetuação deste conhecimento também se perde.

A PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA

Até o surgimento e desenvolvimento da farmacoquímica, a produção de quaisquer tipos de

medicamentos se dava em escala artesanal. A indústria farmacêutica brasileira teve seu início no final do século XIX, com a fundação dos primeiros laboratórios industriais produtores não só de medicamentos de origem vegetal, mas também de origem mineral e até animal (opoterapia, soros e vacinas) (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, 2002).

Impulsionado principalmente pelas decorrências das grandes guerras e com a constatação de que este seria um ramo industrial altamente lucrativo – a indústria farmacêutica mundial faturou aproximadamente US\$ 363 bilhões em 2000 e a brasileira, R\$ 12,3 bilhões neste mesmo período – e com o retorno ao interesse pelas plantas medicinais, surge também a indústria fitoterápica que, estima-se, movimentava cerca de US\$ 500 milhões por ano no Brasil (Montanarin, 2002) e US\$ 22 bilhões no mundo (Zaché, 2001). Segundo a Febrapharma – Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, 2002), a indústria fitoterápica entrou em franca expansão a partir do final dos anos 90, transformando a fitoterapia num “segmento com grande potencial de desenvolvimento nas próximas décadas”.

Com a falta de definições mais claras e com a não existência de legislação específica para o setor – a primeira legislação brasileira que estabeleceu parâmetros mais exigentes foi publicada em 1995 (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 1995) – e ainda com a possibilidade de se produzir praticamente tudo com a alegação de “fitoterápico”, muitas das indústrias fitoterápicas que surgiram eram na verdade oportunistas. Assim, o mercado farmacêutico passou a co-existir com muitos produtos de péssima qualidade, provenientes de tais indústrias; a pesquisa enfocando o controle de qualidade destes produtos apresentava resultados alarmantes. Marques (1992) concluiu, em sua dissertação de mestrado, que “100% das drogas recolhidas das indústrias para controle de qualidade apresentaram resultados insatisfatórios, tanto por problemas técnicos quanto legais.

Sem dúvida alguma este panorama deveria ser alterado, pois era uma questão de saúde pública. Infelizmente, no entanto, o nível passou do extremo da total ausência de rigor para o extremo de equivocados e absoluto rigor. Some-se a isso o fato de que, tendo o setor de plantas medicinais crescido muito rapidamente e de forma desorganizada, foram muitos os interesses particulares e divergentes envolvidos.

COMPLEXIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE PLANTAS MEDICINAIS

Na seqüência produtiva de plantas medicinais, que se estende desde o cultivo até a sua utilização pela população, denominado de “cadeia produtiva” ou “complexo agro-industrial”, muitos profissionais são

envolvidos, como por exemplo produtores rurais, agrônomos, técnicos agrícolas, farmacêuticos, químicos, biólogos, empresários, médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros, agentes de saúde e população usuária. Cada um, dentro do seu limite de atuação – segmentado na maioria das vezes – tem visões, interesses, conceitos e necessidades que são quase sempre divergentes e conflitantes até.

Isto é também observado com um mesmo profissional, dependendo da atividade que desempenha. O profissional farmacêutico, por exemplo, se desempenhar funções de responsável técnico, pesquisador ou agente de fiscalização terá, com grande probabilidade, posicionamentos diferentes sobre a mesma questão, dependendo da sua função profissional. Ressalte-se que este comportamento não tem relação direta com sua formação acadêmica, muito menos com sua formação ética: é fruto, sim, da limitação de seu universo, não contextualizado no universo maior; é fruto da falta de trânsito entre os segmentos interligados ao seu.

DISSOCIAÇÃO ENTRE PRÁTICAS E POLÍTICAS

A mídia, seja escrita, televisiva ou falada, seja científica ou leiga, tem insistentemente publicado matérias sobre a importância das plantas medicinais e sobre o incentivo ao seu uso. São muito freqüentes as matérias que, mesmo recheadas de equívocos técnicos, não se intimidam em “ensinar” fórmulas mágicas ou receitas milagrosas preparadas a partir de nossa flora. O Sistema Público de Saúde tenta tornar política pública do país a inserção da Fitoterapia no Serviço Público. Entidades de inquestionável relevância no trabalho social, como a Pastoral da Criança, desenvolvem trabalho com plantas medicinais, de extrema importância para a população. Todas estas iniciativas, entre tantas outras, são sempre apoiadas e incentivadas pelo governo, na sua maioria com a participação, mesmo que distante, do Ministério da Saúde.

Entretanto, a própria Anvisa, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, não concede registro à grande maioria dos produtos de nossa flora medicinal nativa, por se tratar de produtos não comprovados cientificamente. Assim, toda e qualquer prática com produtos não registrados legalmente poderá ser considerada crime hediondo (Lei 9.677, de 20 de agosto de 1998).

Fica nítido, portanto, que não há diálogo nem dentro de um mesmo órgão, como o Ministério da Saúde, muito menos entre diversos, como os Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Saúde, Educação entre outros, que deveriam estar se sentando juntos para propor políticas nacionais para plantas medicinais – caso houvesse vontade política e interesse real em se melhorar o setor. O mesmo ocorre, salvo poucas exceções, nas esferas estadual e municipal.

O DISTANCIAMENTO DA ACADEMIA

Talvez a contradição que mais perturba é a constatação de que a academia, que deveria estar à frente não só na geração de pesquisas como na discussão e proposição de políticas e soluções para os obstáculos, encontra-se absolutamente alheia a esta discussão. No Paraná, por exemplo, como, até o presente momento, esta situação não afetou diretamente a atividade dos profissionais acadêmicos, os mesmos continuam em seu trabalho, muitos dos quais (a maioria, é possível supor) sequer têm conhecimento do que está acontecendo.

Esta situação é muito mais grave ainda quando se observa que a grande dificuldade encontrada, já citada muitas vezes, é a da comprovação científica – atividade esta de responsabilidade da academia e dos centros de pesquisa. Dados não publicados da Anvisa informam que a maioria dos medicamentos fitoterápicos para os quais não foram – e nem têm sido – concedidos registros são aqueles produzidos a partir de nossa flora nativa. Ou seja, as plantas exóticas, para as quais os pesquisadores dos outros países produziram pesquisas científicas, conseguem ser transformadas em medicamentos fitoterápicos e comercializadas legalmente em nosso país, mas as nossas plantas nativas não.

Entretanto os nossos pesquisadores continuam em seus laboratórios e as pesquisas com plantas medicinais continuam sendo realizadas – prova inequívoca da fragmentação inclusive da pesquisa experimental. Na maioria são pesquisas que, nem são planejadas a partir de uma demanda da comunidade, nem estão integradas com outras pesquisas relacionadas. Não há política instituída para a pesquisa, inclusive havendo dificuldades de se obter financiamento para a mesma, e muitas vezes os resultados produzidos não são aproveitados, não tendo utilidade prática (salvo para contar pontos nos respectivos currículos). São poucas as tentativas de organização e estabelecimento de parcerias.

E o que dizer da responsabilidade docente, já que há profissionais sem visão, com dificuldades pela sua própria fragmentação, e que passaram todos por bancos escolares? Esta é uma prática que se perpetua: profissionais sem visão que formam profissionais sem visão, que formam profissionais sem visão... Não que a responsabilidade seja exclusiva do profissional docente; porém este, pela sua atribuição profissional, teria no mínimo que buscar estender seu próprio alcance de visão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Morin & Kern em "Terra-Pátria" (2000) conduzem o leitor por uma leitura crítica da realidade de nosso mundo / globo, pautada na própria História da humanidade, enriquecendo todo o trajeto com

observações ambivalentes, contraditórias e complexas. É o retrato perfeito da humanidade, constituída por estruturas e dinâmicas desconstruídas e que se expressa em todo e qualquer campo ou setor que se analise. Como, portanto, seria de se esperar, no universo das plantas medicinais a situação não é diferente. Aparentemente o que falta é visão: visão de conjunto, visão de integração, visão de futuro e com isso as pessoas carecem da necessária sensação de "sentir-se": sentir-se parte, sentir-se interdependente, sentir-se responsável.

O recorte discutido aqui é o das plantas medicinais, mas obviamente que isso pode e deve ser transferido para todas as demais situações: o mesmo profissional que não percebe que está sendo omissos em relação à problemática das plantas medicinais não percebe que está sendo omissos em relação à fome, ao desemprego, à má condução da política. Não se sente parte. Na verdade, muito além de ninguém tê-lo feito pensar a respeito, nada o afetou tão diretamente que o fizesse mudar de postura. As pessoas normalmente são motivadas por aquilo que as afeta diretamente; tudo o mais fica do muro para fora.

Em virtude disso as pessoas não se sentam para saber do outro, sendo que o simples dialogar resolveria grande parte dos problemas. Buscar entender o outro, as suas motivações e justificativas, amplia enormemente o campo de visão. Na problemática das plantas medicinais, por exemplo, sendo muitos os implicados e muitos os interesses, seriam necessários inicialmente inúmeras sessões de "brain storming". Mas ao final, cada ponto analisado por vez, esclarecimentos feitos e equívocos desfeitos, com certeza o encontro pelo menos do mínimo consensual já poderia ser esperado. É claro que não se pode ser nem tão otimista a ponto de supor uma solução que contemple todos os interesses nem tampouco pessimista em achar que não há como melhorar o quadro.

Se por um lado este quadro angustia, por outro reafirma a necessidade de mudança de pensamento, uma forma de considerar o mundo que não simplifique e descarte dados fundamentais de serem considerados, mas que considere o todo dinâmico, visto que tudo o que vem sendo praticado até hoje traz uma grande roupagem de equívocos, não há como negar. Temos vivenciado no Brasil infindáveis seminários, encontros, simpósios para discutir este assunto mas, ano após ano de discussões, os impasses permanecem os mesmos.

É necessário pois uma mudança de pensamento que conduza concretamente à mudança de postura. Aqui o referencial teórico é fundamental e a proposta do pensamento complexo se encaixa perfeitamente. Muito embora os pesquisadores auto-denominados de técnico-científicos ainda considerem que o exercício do pensamento tem menos valor – "A

possibilidade de pensar e o direito ao pensamento são recusados pelo próprio princípio de organização disciplinar dos conhecimentos científicos e pelo fechamento da filosofia sobre si mesma." (Morin & Kern, 2000, p.161) – são estes pensadores, fazendo este exercício, que sempre trouxeram e continuam trazendo alternativas de solução para os problemas produzidos, inclusive, pelo "técnico-científico".

Portanto, novamente fazendo referência ao que diz Morin (2001a), deve-se reconhecer que a ciência não é pura e mesmo que "... a ciência não é científica. Sua realidade é multidimensional. Os efeitos da ciência não são simples nem para melhor, nem para o pior. Eles são ambivalentes." (p. 9). O pensamento complexo não resolve a incerteza que as noções de desordem e de acaso trazem, mas constata que a desordem e o acaso estão presentes no universo e ativos na sua evolução. Não traz uma receita, nem uma resposta, mas uma motivação para pensar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.
Portaria nº 6/MS/SNVS, de 31 de janeiro de 1995. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/6_95.htm>. Acesso em: 30 ago. 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA TALIDOMIDA. **Talidomida ou "amida naftálica do ácido glutâmico"**. 2002 Disponível em: <<http://members.tripod.com/abpstalidomida/tali1.html>> Acesso em: 30 ago. 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução - RDC n.º 17, de 24 de fevereiro de 2000. Regulamento Técnico sobre Registro de Medicamentos Fitoterápicos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 fev. 2000. Seção 1, p.25, n.º 40E.
- CAETANO, N.N.; BIASI, L.A., CAVALLET, V.J. O impacto de procedimento investigatório do Ministério Público sobre a produção de plantas medicinais. In: SIMPÓSIO DE PLANTAS MEDICINAIS DO BRASIL, 17, **Relação de Trabalhos**, Cuiabá, 2002. AG.054. 1 CD-ROM
- CORRÊA, C. Registro de medicamentos fitoterápicos aumenta. **Folha online**, São Paulo, 20 ago. 2003. Disponível em: <http://notes.visywork.com.br/empresas/abifito/abifito.nsf/5e9353fa86b217df03256ba3004782b9/06f42e6ca86c2d1b83256d880059fe13?OpenDocument>. Acesso em: 30 ago. 2003.
- DEMO, P. **Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2002. 195p.
- DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas, SP: Papirus, 2001. 135p.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA. **A história da indústria farmacêutica no Brasil**. Disponível em: http://www.abifarma.com.br/entidade/index.php4?page=historia_brasil.htm. Acesso em: 23 ago. 2002.
- MARQUES, L. C. **Produção e comercialização de fitoterápicos no Paraná: uma abordagem de vigilância sanitária**. 1992. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Curso de Pós-Graduação em Botânica, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Medicamentos fitoterápicos irregulares sem registro no Ministério da Saúde**. Curitiba, 27 nov. 2001. Disponível em: www.mp.pr.gov.br/institucional/capaoi/defcons/pdespachos.html. Acesso em: 12 jun. 2002.
- MONTANARIN, C. Fitoterápicos movimentam R\$ 500 mi. **Jornal do Estado on line**, Curitiba, 25 fev. 2002. Disponível em: <http://www.jornaldoestado.com.br/020225/economia/economia.html>. Acesso em: 22 ago. 2002.
- MORIN, E. & KERN. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2000. 189p.
- MORIN, E., LE MOIGNE, J.-L. **A Inteligência da Complexidade**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. 263p.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001(a). 344p.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001(b). 116p.
- SILVA, G. S.; MELO, J. G. S. MALTA JÚNIOR, A. A Farmácia de manipulação e a volta do uso de plantas medicinais. **Infarma**, v.13, n.11/12, p.76-81, 2001.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Farmacologia. Talidomida: a nova promessa contra o câncer**. 2002 Disponível em: <http://www.farmacologia.ufsc.br/farmacologia/talidomida.html>. Acesso em: 30 ago. 2003.
- VICENTE, O. O lucro que vem das plantas. **Jornal do Brasil**, 29 jul. 2003. Disponível em: notes.visywork.com.br/empresas/abifito/abifito.nsf/5e9353fa86b217df03256ba3004782b9/b0d0a8b50d3bb91b83256d72005af6a7?OpenDocument. Acesso em: 30 ago. 2003.
- ZACHÉ, J. Ao natural. **Isto É**, 06 jun. 2001. Disponível em: http://www.cfm.org.br/clipping/Ano_2001/06-2001/03-06-2001/isto_e.htm. Acesso em: 30 ago. 2003.